English version at the end of this document

Ano Letivo	2017-18
Unidade Curricular	DIREITO DO TURISMO
Cursos	TURISMO (1.º ciclo)
Unidade Orgânica	Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo
Código da Unidade Curricular	14161231
Área Científica	DIREITO
Sigla	
Línguas de Aprendizagem	Português-PT.
Modalidade de ensino	Presencial. Atividade letiva teórica-prática. Resolução de exercícios práticos.
Docente Responsável	Virgílio Miguel Rodrigues Machado

DOCENTE	TIPO DE AULA	TURMAS	TOTAL HORAS DE CONTACTO (*)
Virgílio Miguel Rodrigues Machado	OT; TP	TP1; OT1	45TP; 3OT
João Carlos de Almeida Vidal	OT; TP	TP2; OT2	45TP; 3OT

* Para turmas lecionadas conjuntamente, apenas é contabilizada a carga horária de uma delas.

ANO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO*	HORAS DE CONTACTO	HORAS TOTAIS DE TRABALHO	ECTS
2º	S2	45TP; 3OT	140	5

* A-Anual;S-Semestral;Q-Quadrimestral;T-Trimestral

Precedências

Sem precedências

Conhecimentos Prévios recomendados

Noções básicas de Direito.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências)

Identificar, compreender e praticar os elementos e instrumentos basilares do sistema jurídico português para permitir a abordagem cientificamente fundada de qualquer especialidade jurídica - em especial à relativa ao turismo.
Identificar, compreender e praticar o complexo normativo internacional e nacional português relativo ao turismo.
Compreender o específico mundo e modus operandi do Direito;
Reconhecer a importância prática que a interpretação e aplicação do Direito suscitam;
Identificar, compreender e praticar juridicamente o complexo de normas internacionais e portuguesas relativas ao turismo.
Reconhecer a que categoria jurídica pertence e como é que genericamente o Direito trata uma dada questão jurídica concreta;
Aplicar as normas jurídicas portuguesas e internacionais mais relevantes para as atividades profissionais no amplo setor do turismo.

Conteúdos programáticos

Parte I - Direito em Geral

1. Noções elementares do Direito.

1.1. Sistema jurídico.

1.2. Fontes do Direito

1.3. Ramos de Direito.

1.4. Interpretação da lei

1.5. Aplicação das leis no tempo (referências gerais).

2. A Relação jurídica.

2.1. Conceito e elementos.

2.2. Garantia da relação: fiscalização e sanções.

3. Os sujeitos da actividade turística.

3.1. Personalidade e capacidade jurídicas

3.2. O empresário turístico.

3.3. O consumidor turístico.

3.4. As Administrações turísticas.

4. Contratos e responsabilidade civil (referências gerais).

4.1. Noção e vícios do contrato

4.2. Invalidades dos contratos.

4.3. Responsabilidade civil contratual e extra-contratual.

4.4.Os direitos do consumidor.

Parte II- Direito do Turismo

1. Noção e Objecto

2. Lei de Bases do Turismo

3. Regimes jurídicos das empresas e atividades turísticas

3.1. Empreendimentos turísticos.

3.2. Agências de viagens.

3.3. Empresas de animação turística.

3.4. Empresas de restauração.

3.5. Empresas de transporte: em especial, o transporte aéreo.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Atividade lectiva teórico-prática.
Interpretação dos contextos de interpretação e aplicação da lei.
Estudos de caso e resolução de hipóteses práticas.
- Componente de Avaliação por Frequência CAF (peso 40%) + Exame (peso 60%)
- Avaliação da CAF= 2 Testes (50%) cada. Alternativamente a um dos testes, poderá ser realizada outra forma de avaliação (ex: trabalho de grupo).
- Dispensa de exame: CAF>= 12 valores
- Caso seja favorável ao aluno, a nota de exame de época normal pondera com a CAF para o cálculo da nota de admissão a exames posteriores durante o ano letivo de obtenção da CAF.
- Na época especial de conclusão de curso ou de melhoria de classificação, o resultado do exame corresponde a 100% da nota da UC.
- O aluno pode utilizar a CAF obtida no ano letivo anterior na UC, mediante solicitação prévia, por escrito, ao docente.

Bibliografia principal

Machado, V. (2005). A regulação jurídica dos territórios turísticos - Portugal e estudos de caso internacionais. in: Revista Turismo e Desenvolvimento, vol. II (1), p. 81-94.
Machado, V. (2010). Direito e Turismo como instrumentos de poder ? os Territórios turísticos, Editorial Novembro, Santo Tirso.
Machado, V. (2015), Turismo, Direito e Democracia, Escolar Editora, Lisboa.
Miranda, M. (2010). O Contrato de viagem organizada, Almedina, Coimbra.
Pereira, M. N. (2007). Introdução ao Direito e às Obrigações, 3ª edição, Almedina, Coimbra.
Py, P. (2007). Droit du Tourisme, Dalloz, Paris.
Torres, C. (2012). Direito do Turismo, ESHTE, vol. I e vol. II, Lisboa

Academic Year	2017-18
Course unit	TOURISM LAW
Courses	TOURISM
Faculty / School	Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo
Main Scientific Area	DIREITO
Acronym	
Language of instruction	Portuguese-PT.
Teaching/Learning modality	Presential.
Coordinating teacher	Virgílio Miguel Rodrigues Machado

Teaching staff	Type	Classes	Hours (*)
Virgílio Miguel Rodrigues Machado	OT; TP	TP1; OT1	45TP; 3OT
João Carlos de Almeida Vidal	OT; TP	TP2; OT2	45TP; 3OT

* For classes taught jointly, it is only accounted the workload of one.

Contact hours

T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	Total
0	45	0	0	0	0	3	0	140

T - Theoretical; TP - Theoretical and practical ; PL - Practical and laboratorial; TC - Field Work; S - Seminar; E - Training; OT - Tutorial; O - Other

Pre-requisites

no pre-requisites

Prior knowledge and skills

Basics of Law.

The students intended learning outcomes (knowledge, skills and competences)

Identify, understand and practice the basic elements and tools of the Portuguese legal system to allow the approach scientifically founded in any legal specialty - especially relating to tourism.
Identify, understand and practice the complex international and national normative Portuguese for tourism.
Understand the specific world and modus operandi of the law.

Recognize the practical importance that the interpretation and application of the law raise.

Identify, understand and practice legally complex international and national standards relating to overall tourism and hospitality industry in particular.
Recognize that the legal category belongs and how the law generally treats a given concrete legal issue.
Apply the most important Portuguese and international legal standards for professional activities in the overall tourism and hospitality industry in particular.

Syllabus

Part I - General Law

1 Elementary notions of law

1.1. Legal system

1.2. Sources of Law

1.3. Branches of the law

1.4. Interpretation of the law

1.5. Application of laws in time (general references).

2. Legal relationship

2.1. Concept and content

2.2. Warranty: supervision and sanctions

3. The subjects of tourism.

3.1. Legal and juridical capacity.

3.2. The tourist entrepreneur.

3.3. The tourist consumer.

3.4. The tourist administrations.

4. Contracts and liability (general references).

4.1. Notion of contract.

4.2. Vices of will.

4.3 Invalidity of contracts (nullity and annulability).

4.4.Contractual and non-contractual liability.

4.5. Consumer rights.

Part II - Tourism Law

1. Concept and Object.

2. Framework Law on Tourism

3. Legal regimes of companies and tourist activities.

3.1. Tourist developments.

3.2. Travel Agencies

3.3. Companies tourist entertainment.

3.4 Caterers.

3.5. Transportation: in particular air transport.

Teaching methodologies (including evaluation)

Theoretical and practical teaching activity.
Interpretation of contexts of interpretation and application of the law.
Case studies and practical resolution in class hypotheses simulation contexts
- Continuous Assessment (CA) component (40%) + Exam (60%)
EXAMPLE: The CA component comprises: 1st test, 50%, 2st test, 50%, or alternatively, a test (50%), a group work or another form of evaluation (50%).
- Students with a final CA grade of >=12 are exempt from the exam.
- If favourable to the student, the exam mark from the 1st exam period calculated with the CA grade will be applied for admission to further exam periods during the same academic year.
- In the Special Exam Period for concluding the Course, or for improving the final classification, the exam weighting is 100%.
- The student may use the CA grade obtained in the previous academic year by applying in writing to the course unit teacher.

Main Bibliography

Machado, V. (2005). A regulação jurídica dos territórios turísticos - Portugal e estudos de caso internacionais. in: Revista Turismo e Desenvolvimento, vol. II (1), p. 81-94.
Machado, V. (2010). Direito e Turismo como instrumentos de poder ? os Territórios turísticos, Editorial Novembro, Santo Tirso.
Machado, V. (2015), Turismo, Direito e Democracia, Escolar Editora, Lisboa.
Miranda, M. (2010). O Contrato de viagem organizada, Almedina, Coimbra.
Pereira, M. N. (2007). Introdução ao Direito e às Obrigações, 3ª edição, Almedina, Coimbra.
Py, P. (2007). Droit du Tourisme, Dalloz, Paris.
Torres, C. (2012). Direito do Turismo, ESHTE, vol. I e vol. II, Lisboa.